



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria da Educação

4ª Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação
ESCOLA DE ENSINO MÉDIO JAIME LAURINDO DA SILVA
EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA

Chamada Pública n.º 002/2014 para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar com Dispensa de Licitação, Lei n.º 11.947, de 16/06/2009, Resolução n.º 26 do FNDE (17/06/2013).

A Escola de Ensino Médio Jaime Laurindo da Silva, com sede na Rua Travessa do Campo, S/Nº, centro, Barroquinha – Ceará, inscrita no CNPJ sob o nº 07.954.514/0299-64, representada neste ato pelo (a) Diretor (a), Carlos Vinícius Rocha Veras, no uso de suas prerrogativas legais, e considerando o disposto no art. 14 da Lei nº 11.947/2009 e Resolução FNDE/ CD n.º 26/2013, vem realizar Chamada Pública para aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinado ao atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar, durante o período de 21/12/2014 a 30/03 de 2015.

1. OBJETO

O objeto da presente é a Aquisição de Gêneros Alimentícios para Alimentação Escolar, conforme especificações detalhadas no Anexo I desta Chamada Pública.

2. DATA, LOCAL E HORA PARA ENTREGA DOS ENVELOPES

Até o dia e hora abaixo discriminados, na sede da 4ª CREDE Rua Travessa Dr. João Thomé S/N centro Camocim – Ceará, os interessados entregarão dois envelopes distintos, sendo um de documentação – HABILITAÇÃO e outro de PROPOSTA DE PREÇOS.

Dia 15 de Dezembro de 2014, das 08h30min até às 10h00min horas.

3. DATA, LOCAL E HORA PARA ABERTURA DOS ENVELOPES

No dia e hora abaixo discriminados, no local acima especificado.

Dia 15 de Dezembro de 2014, às 10h00min horas.

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA CHAMADA PÚBLICA

4.1. - Poderão participar desta Chamada Pública os interessados que atenderem a todas as exigências constantes deste Edital.

4.2. - Os fornecedores serão Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares Rurais, detentores de Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - DAP Jurídica, conforme a Lei da Agricultura Familiar nº 11.326, de 24 de julho de 2006, e enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, Fornecedores Individuais, detentores de DAP Física, não organizados em grupo. Dos Grupos Informais de agricultores familiares detentores de DAP Física organizados em grupo.

4.3. – A participação de associações no presente Edital de Chamada Pública será meramente de caráter representativo de seus associados, por se tratar de entidades sem fins econômicos. O contrato poderá ser firmados entre as CREDEs/Escolas e a Associação, porém o pagamento deverá ser realizado diretamente aos agricultores individualmente, que emitirão nota fiscal em seu próprio nome (Orientação fundamentada no “Manual de Aquisição de Produtos da Agricultura familiar para Alimentação Escolar- FNDE).

4.4. HABILITAÇÃO DAS PROPOSTAS- ENVELOPE Nº001

Os proponentes deverão apresentar no Envelope nº 001 – HABILITAÇÃO- os documentos abaixo enumerados, sob pena de inabilitação:

4.4.1- DOS FORNECEDORES INDIVIDUAIS, DETENTORES DE DAP FÍSICAS, NÃO ORGANIZADOS EM GRUPO:

- a) Prova de Inscrição no Cadastro de Pessoa Física - CPF;
- b) Extrato da DAP Física do agricultor familiar participante, emitido nos últimos 30 dias;
- c) Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e/ou Empreendedor Familiar Rural para Alimentação Escolar com assinatura do agricultor (Anexo IV);
- d) Prova de atendimento de requisitos previstos em lei específica, quando for o caso;
- e) Declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são oriundos de produção própria, relacionada no projeto de venda.

4.4.2 DOS GRUPOS INFORMAIS DE AGRICULTORES FAMILIARES, DETENTORES DE DAP FÍSICAS, ORGANIZADOS EM GRUPO:

- a) Prova de Inscrição no Cadastro de Pessoa Física - CPF;
- b) Extrato da DAP Física do agricultor familiar participante, emitido nos últimos 30 dias;
- c) Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e/ou Empreendedor Familiar Rural para Alimentação Escolar com assinatura de todos os agricultores participantes;
- d) Prova de atendimento de requisitos previstos em lei específica, quando for o caso; e

- e) Declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são oriundos de produção própria, relacionada no projeto de venda.

4.4.3 DOS GRUPOS FORMAIS, DETENTORES DE DAP JURÍDICA:

- □ Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica- CNPJ;
- □ Extrato da DAP Jurídica para associações e cooperativas, emitindo nos últimos 30 dias;
- □ Prova de regularidade com a Fazenda Federal, relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço-FGTS;
- □ Cópias do estatuto e ata de posse da atual diretoria da entidade registrada no órgão competente;
- □ Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar;
- □ Declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são produzidos pelos associados relacionados no projeto de venda; e
- □ Prova de atendimento de requisitos previstos em lei específica, quando for o caso.

4.4.4 Devem constar nos projetos de vendas de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar o nome, CPF e nº da DAP FÍSICA de cada agricultor Familiar dos gêneros constantes no projeto.

4.5 - ENVELOPE Nº 002-PROPOSTA DE PREÇOS

No Envelope nº.002 deverá conter a Proposta de Preços, ao que se segue:

- a) Será formulada em 01(uma) via, contendo a identificação do agricultor familiar ou associação/cooperativa, devidamente datada e assinada;
- b) Discriminação completa dos gêneros alimentícios ofertado, conforme especificações e condições do Anexo I;
- c) Preço unitário de cada item (algarismo), devendo ser cotado em Real e com até duas casas decimais após a vírgula (R\$ 0,00).

4.6 - DAS AMOSTRAS DOS PRODUTOS

As amostras dos produtos deverão ser entregues na CREDE 04 – CAMOCIM - CE, no dia e hora da Chamada Pública, para avaliação e seleção do produto a ser adquirido, as quais deverão ser submetidas a testes se, necessários, imediatamente após a fase de habilitação.

4.7- DO JULGAMENTO (Ordem de Prioridade)

- a) Fornecedor local do município;
- b) Assentamentos de reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades quilombolas;
- c) Fornecedores de gêneros alimentícios certificados com orgânicos ou agroecológicos, segundo a Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003;

- d) Os Grupos Formais (organizações produtivas detentoras de Declaração de Aptidão ao PRONAF- DAP Jurídica) sobre os Grupos Informais (agricultores familiares, Declaração de Aptidão ao PRONAF- DAP- Física, organizados em grupo) e estes sobre os Fornecedores Individuais;
- e) Organizações com maior porcentagem de agricultores familiares e/ou empreendedores familiares rurais no seu quadro de sócios, Conforme DAP Jurídica.
- f) Em caso de ocorre empate, será realizado sorteio.
- g) Caso a CREDE não obtenha as quantidades necessárias de produtos oriundos de produtores e empreendedores familiares locais, estas deverão ser complementadas com propostas de grupo de produtores e empreendedores familiares do território rural, do estado e do país, nesta ordem.

4.8 -LOCAL DE ENTREGA E PERIODICIDADE

Os produtos deverão ser entregues na sede da Escola que atestará o seu recebimento conforme cronograma de entrega.

5. FONTE DE RECURSO

Recursos provenientes do Convênio FNDE-PNAE.

6. PAGAMENTO

6.1. - O pagamento será realizado após a publicação do contrato no Diário Oficial do Estado (DOE) e a cada entrega dos produtos, mediante nota fiscal, através da SEDUC-Secretaria de Educação do Estado do Ceara, mediante depósito em conta corrente do fornecedor pelo Banco do Bradesco.

6.2. O valor pago anualmente a cada agricultor não poderá exceder a R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

7. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1 - O participante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, retardar a assinatura/celebração do Contrato após sua convocação, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Estado pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das sanções disciplinadas na legislação pertinente.

7.2 - O participante que não cumprir o prazo de entrega aqui estipulado, terá caracterizado o descumprimento total da obrigação assumida com a proposta, ficando sujeito às sanções legais cabíveis.

7.3. Em caso de atraso na entrega dos produtos, objeto deste chamamento público, poderá ser aplicado ao Contratado multa moratória de valor equivalente a até 1% (um por cento) sobre o valor total do produto, por dia útil excedente.

8. FATOS SUPERVENIENTES

8.1. Os eventos previstos nesta Chamada Pública estão diretamente subordinados à realização e ao sucesso das diversas etapas do processo. Na hipótese de ocorrência de fatos supervenientes à sua publicação, que possam vir a prejudicar o processo e/ou por determinação legal ou judicial, ou ainda por decisão da Secretaria da Educação do Estado do Ceará, poderá haver:

I - Adiamento do processo;

II - Revogação deste Edital ou sua modificação no todo ou em parte.

9. DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1 O preço de aquisição será o preço médio pesquisado por, no mínimo, três mercados em âmbito local, territorial, estadual ou nacional, nessa ordem, priorizando a feira do produtor da Agricultura Familiar, quando houver.

9.2- A participação de qualquer proponente vencedor no processo implica a aceitação tácita, incondicional, irrevogável e irretroatável dos seus termos, regras e condições, assim como dos seus anexos.

9.3 – Para fruição do benefício de isenção do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e comunicação – **ICMS**, os fornecedores individuais, detentores de DAP física, os grupos informais de agricultores familiares e grupos formais de agricultores familiares, detentores de DAP jurídica, deverão estar devidamente cadastrados junto à Secretaria de Desenvolvimento Agrário- SDA, conforme dispõe Lei Estadual nº 15.055 de 06 de dezembro de 2011.

10. FORO

A presente Chamada Pública é regulada pelas leis brasileiras, sendo exclusivamente competente o Foro do Município de Barroquinha para conhecer e julgar quaisquer questões dela decorrentes.

Granja, 25 de Novembro de 2014.

Carlos Vinícius Rocha Veras
Assinatura do (a) Diretor (a) da Escola

4ª Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação
ESCOLA DE ENSINO MÉDIO JAIME LAURINDO DA SILVA
Travessa do Campo, S/N, centro, CEP: 62410-000, Barroquinha, Ceará, Fone: (88) 3623-1807
jaimelaurindo@escola.ce.gov.br



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**

Secretaria da Educação

4ª Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação
ESCOLA DE ENSINO MÉDIO JAIME LAURINDO DA SILVA
EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA

ANEXO I

PLANILHA DE QUANTIDADES

Item	Qtd.	Unid	R\$	Descrição
1	110	KG	R\$ 7,50	Abacate de 1ª qualidade em kg - Sem machucado, murcho ou pontos apodrecimento, maturação entre 70 a 75%;
02	210	LT	R\$ 3,30	Leite Integral - Longa vida, UHT, integral, embalagem tetra Pack de 1 litro, sem aditivos, acondicionados em caixa de papelão – Validade de no mínimo 60 na data da entrega do produto (Com Selo de Inspeção Federal, Estadual ou Municipal).
03	450	LT	R\$ 6,00	logurte - Embalagem de 1 lit., em garrafas lacrada - com rótulo e data de validade de no mínimo 25 dias na data da entrega. - (Com Selo de Inspeção Federal, Estadual ou Municipal).
04	180	KG	R\$ 6,50	Polpa de frutas. Congelada, nos sabores acerola, goiaba, manga, cajá. Embalagem plástica de 1 kg. Com Validade de no mínimo 90 dias na data da entrega. Constando Registro do Ministério da Agricultura e Pecuária- MAPA.
05	220	KG	R\$ 3,00	Banana Prata - de primeira qualidade em pencas com 50 a 60% de maturação em kg - Sem machucado, murcho ou pontos apodrecimento;
06	20	KG	R\$ 7,00	Feijão de corda, sempre verde, tipo 1.
07	180	KG	R\$ 2,90	Laranja pera, de 1ª qualidade em kg - Sem machucado, murcho ou pontos apodrecimento, maturação entre 70 a 75%;
08	210	KG	R\$ 2,00	Mamão – Formosa, de primeira qualidade. Com 55% a 60% de maturação - Sem machucado, murcho ou pontos apodrecimentos;
09	20	KG	R\$ 7,50	Cheiro Verde/Coentro – 1ª qualidade, em molho - Sem pontos de apodrecimento; ou murcho;
10	20	KG	R\$ 4,20	Pimentão – Verde de 1ª qualidade, tamanho médio - Sem machucado, murcho ou pontos de apodrecimento;
11	40	KG	R\$ 4,90	Tomate – 1ª qualidade, tamanho médio sem pontos podres ou murchos.
12	75	KG	R\$ 7,50	Doce Mariola – Tablete de 30g c/ 10 unidades no pacote – sabor goiaba/banana; com rótulo - Validade mínima de 90 dias na data da entrega.
13	90	KG	R\$ 13,00	Bolo caseiro - embalado em saco de polipropileno, transparente, com etiqueta com o sabor, peso e validade.
14	20	KG	R\$ 3,60	Cenoura – especial de primeira, sem rama, fresca compacta e firme sem lesões de origem física ou mecânica sem rachaduras e cortes com tamanho e coloração uniforme.